



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS  
Grupo Parlamentar

DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES	
Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação	
CEIOPH	
N.º Único	650976
Entrada/Saída n.º	60
Data	12 / 02 / 2020

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Economia, Inovação,  
Obras Públicas e Habitação  
Deputado António Topa

Lisboa, 12 de fevereiro de 2020

**Assunto: Requerimento para audição do Tribunal de Contas e do Conselho Superior de Obras Públicas sobre “Operacionalidade de Infraestruturas e Transportes”**

O Tribunal de Contas dirigiu à Assembleia da República para conhecimento o Relatório de Auditoria n.º 1/2020 (2.ª secção), sobre “Operacionalidade de Infraestruturas e Transportes”. O Relatório em causa traduz uma abordagem do Tribunal sobre um assunto que tem sido várias vezes tratado na AR, e para o qual o PCP tem vindo ao longo de muitos anos a chamar a atenção e a alertar, que é a degradação das infraestruturas de transportes e a urgente necessidade de um reforço substancial de investimento na sua beneficiação e modernização.

Da leitura desse Relatório, incluindo das observações e esclarecimentos trazidos em sede de contraditório, designadamente pela IP Infraestruturas de Portugal, é possível verificar um conjunto de informações concretas que vêm confirmar e reforçar as preocupações que temos manifestado ao longo dos anos. O Tribunal de Contas, baseado em informação da IP, refere que perto de dois terços (62,2%) da via férrea se apresenta num estado que carece de investimento ou que é adequado apenas para o curto prazo (ou seja, inferior a “satisfatório”). O mesmo se pode ler acerca de 27,9% dos túneis ferroviários; ou ainda de 22,7% do pavimento da rede rodoviária sob gestão da IP.

Mesmo com a ressalva, que importa ter em conta, de que estamos perante a consideração de prioridades de investimento e não de avaliações técnicas de segurança (não há, nem poderia haver, infraestruturas interdadas em uso), o que daqui resulta é a gravidade das carências de investimento urgente nestas infraestruturas. Sublinha-se ainda a dispersão da informação sobre o estado de conservação das obras de arte por sistemas de gestão de múltiplas entidades (públicas e privadas), que impossibilitou até a abordagem do enquadramento existente, por exemplo, ao sector portuário e aeroportuário.

Considera-se assim a necessidade de aprofundar a abordagem destes problemas na Comissão Parlamentar, com o contributo qualificado para o indispensável acompanhamento que a AR deve assegurar, pelo que **o PCP vem por este meio requerer a audição, na Comissão a que V.Exa. preside, do Tribunal de Contas e do Conselho Superior de Obras Públicas.**

O Deputado,

Bruno Dias